



MANUEL LOPES ROCHA SÓCIO DA PLMJ, ESPECIALISTA EM DIREITO DA INTERNET

“Há magistrados que insistem em não perceber o cibercrime”

A criminalidade informática está a subir, dizem as estatísticas oficiais. Contudo, argumenta o advogado Manuel Lopes Rocha, o sistema de Justiça continua a estar aquém da resposta e da especialização necessárias.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt



Bruno Simão

Os resultados preliminares do relatório de segurança de 2016, avançados pelo Diário de Notícias a semana passada, revelam que a tendência de aumento da criminalidade informática se mantém este ano. Isto, depois de em 2015 ter registado uma subida na ordem dos 41%. Para Manuel Lopes Rocha, advogado especialista nestas ma-

térias, esta é uma realidade incontornável. “Se grande parte dessa criminalidade chegasse à Justiça, os tribunais portugueses não faziam mais nada”, afirma este sócio da PLMJ ao Negócios.

A chamada criminalidade informática tem vindo a aumentar nos últimos anos e a tendência, a julgar pelos dados preliminares de 2016, é para que a tendência se mantenha.

De que tipo de crimes estamos a falar?

Extorsão, crimes contra dados pessoais, “bullying”, fraude... Há de tudo. Os números relativos a este tipo de práticas têm aumentado e vão aumentar ainda muito mais. Se grande parte desta criminalidade chegasse à Justiça, os tribunais portugueses não faziam mais nada. Em todo o caso, este não é apenas um problema de Portugal. Não é por aca-

so que todos os Estados estão a investir muito no combate ao cibercrime.

A presença das empresas no mundo virtual é uma realidade incontornável. Ao nível do cibercrime, quais são as principais ameaças com que as organizações se deparam?

As empresas têm ameaças externas, por exemplo através dos ataques dos hackers, mas alguma

“Tribunais devem ficar concentrados nos grandes casos”

activos importantes para essas mesmas empresas.

Esse tipo de prática é comum?

É relativamente comum. Tenho um caso recente de um empregado que saiu da empresa e apagou tudo o que tinha em seu poder e tentou apagar tudo o que tinha da empresa.

De que forma têm os tribunais lidado com este tipo de criminalidade?

Há resultados, mas também há decisões desastrosas. Há magistrados que insistem em não perceber estas realidades. Se calhar também não são ajudados.

Como vê a criação de uma nova unidade na Polícia Judiciária (PJ) para investigar esse tipo de crimes?

A PJ já há muitos anos que tem inspectores e um núcleo especializado. Muitos deles têm formação jurídica, assim como muitos têm formação em engenharia informática. São realmente bons e têm sido responsáveis pela descoberta de muitos ilícitos. São de facto pessoas de grande qualidade técnica e humana. É evidente que isso nunca chega, porque a dimensão do crime informático é algo inabarcável.

Falta especialização da Justiça nestas áreas?

Portugal é em tudo um país a duas velocidades. Há magistrados extremamente especializados, a Polícia Judiciária é muito especializada nesta área, mas depois há todo um conjunto de pes-

soas que não o são e que, para o bem e para o mal, também têm contactos com estas áreas. Por isso, muitas vezes, os resultados são desastrosos.

Em todo o caso reconhece que tem havido boas decisões da Justiça...

Felizmente, fazendo uma análise estatística rápida, diria que são mais os casos bem tratados do que os casos mal tratados. Mas ainda há casos mal tratados. Não faz sentido que estas matérias, que são cada vez mais especializadas e profissionalizadas, sejam deixadas nas mãos de verdadeiros amadores. Se queremos ligar ao cibercrime, não basta a Polícia Judiciária ser especializada. É preciso que haja magistrados. Há situações ainda de grande amorosismo.

Como vê a recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre um caso de divulgação não autorizada de imagens íntimas na internet?

É um caso interessante, por cuja decisão devemos felicitar o Supremo. Foi dado um passo muito interessante no que diz respeito à ligação entre o direito e a internet. O supremo considerou e bem, que alguém que tinha à sua guarda filmes que eram relativos a dados pessoais confidenciais e sensíveis não os guardou bem. É um caso em que o nosso supremo virou uma página interessantíssima do direito da internet. Isto não é só para a pessoa em concreto. É para todos os milhares de vítimas que têm finalmente um paradigma a que se agarrar. ■

Em matéria de Direito dos Consumidores, e quando está em causa o comércio electrónico, o advogado Manuel Lopes Rocha entende que as recomendações de âmbito legislativo oriundas de Bruxelas vão no bom sentido. Em sua opinião, a aposta na arbitragem para dirimir diferendos na área do consumo é uma iniciativa que deve ser acarinhada. Para este sócio da PLMJ, na área em apreço os tribunais devem ficar concentrados na grande criminalidade e grandes casos de fraude.

As empresas podem ser vítimas de práticas ilícitas pela via informática, mas também os consumidores, nomeadamente ao nível do chamado comércio electrónico. As recomendações em matéria legislativa vindas de Bruxelas vão no bom sentido?

Vão no bom sentido. E até há tentativas de libertar os tribunais dessas áreas. Também é verdade que não se pode pedir tudo aos tribunais. Os tribunais têm de ser reservados para os casos mais importantes.

Para os consumidores, qual seria a alternativa aos tribunais?

Por exemplo, na área da defesa do consumidor já há a tentativa do recurso à arbitragem, a tentativa de criar estruturas mais flexíveis. E é por aí que se tem que caminhar, porque os valores envolvidos às vezes não são muito elevados e a máquina da justiça é muito pesada. Convém de facto insistir em formas descentralizadas muito assentes em códigos de conduta.

Os tribunais devem ficar apenas com os grandes casos?

Os tribunais devem ficar mais concentrados nos grandes casos. Os consumidores serão melhor protegidos em estruturas mais flexíveis, mais paritárias até do que os próprios tribunais.

Quando fala em grandes casos na área do cibercrime refere-se a que tipo de processos?

Os casos das grandes fraudes, da grande criminalidade. Esta é uma realidade que não vai parar mais, uma vez que vamos transportar grande parte da nossa vida para o mundo digital. Não só na projecção das empresas, que usam cada vez mais as redes sociais, mas também na inserção dos robôs e da inteligência artificial nas empresas. Isso convida a que haja uma especialização maior de magistrados onde é possível. Também relativamente aos tribunais, onde for possível terão de criar-se estruturas mais especializadas. ■



Se queremos ligar ao cibercrime, não basta a Polícia judiciária ser especializada. É preciso que haja magistrados. Há situações ainda de grande amorosismo.

Se grande parte desta criminalidade chegasse à Justiça, os tribunais portugueses não faziam mais nada.

da grande criminalidade informática em Portugal, que já foi julgada nos tribunais, tem a ver com ameaças internas, em resultado da acção de empregados ou ex-empregados.

Pode exemplificar?

Por exemplo, muitas vezes as empresas são vítimas de ex-empregados, que conhecem os caminhos para o coração da empresa e que destroem, quando saem,



Tribunais devem ficar mais concentrados nos grandes casos. Consumidores serão melhor protegidos em estruturas mais flexíveis.



MANUEL LOPES ROCHA SÓCIO DA PLMJ, ESPECIALISTA EM DIREITO DA INTERNET

A “uberização” está a chegar às profissões jurídicas

Depois dos táxis ou dos bancos, a mundo digital chegará aos tribunais, considera o advogado Manuel Lopes Rocha, para quem a chamada “uberização” é algo incontornável também para as profissões jurídicas.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

As publicações internacionais especializadas apontam na “uberização” das profissões jurídicas como uma realidade não muito distante. “Quando se afirmou que a economia digital só ia atacar e destruir emprego na área dos motoristas de táxi, diria que falámos depressa de mais”, argumenta o advogado Manuel Lopes Rocha.

As decisões na Justiça algum dia podem vir a ser tomadas por máquinas?

As máquinas serão auxiliares. Uma das grandes discussões que vai haver em 2017, que a revista “Wired” antecipa nas suas previsões, é a do incremento dos algoritmos nas profissões. Curiosamente, a “Wired” dá o exemplo dos tribunais e dos advogados. Depois dos táxis, dos bancos, da fotografia... o mundo digital chegará aos tribunais. Os tribunais não podem

continuar uma ilha analógica no meio do digital, com os processos antigos cosidos à mão.

O que é que isso representa na prática?

O que se passa é que nos Estados Unidos, mas também na Europa, a inteligência artificial está a invadir o mundo do direito e das profissões jurídicas, que serão completamente modeladas de outra forma. Os robôs estão cada vez mais a ocupar-se de parte da actividade jurídica, não só ao nível da busca de informação, mas também enquanto auxiliares na decisão. O Expresso noticiava há poucos dias a existência de um software que antecipa em mais de 80% as decisões o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, porque consegue relacionar os novos casos com anteriores decisões do tribunal. Outro exemplo é o de um robô que é utilizado no sector das multas rodoviárias, quer em Londres quer em Nova Iorque. No contencioso

de massa, em que as acções se repetem e são iguais, já é possível o tratamento pelas máquinas.

E na advocacia?

Os escritórios de advogados estão a incorporar formas de inteligência artificial na sua actividade e um fenómeno que está a alastrar em França são os sites de consulta jurídica gratuita e que se encarregam de actividades de criação de empresas, de contractos e divórcios. Um dos grandes temas em 2017 vai ser o debate em torno da robotização da profissão de advogado e também dos magistrados.

Máquinas a decidir em vez de juízes e a defender em vez de advogados... Essa realidade não deve ser vista com alguma preocupação?

Seria assim se chegassemos a um cenário antecipado de ficção científica em que o mundo é dominado pelas máquinas. Quando digo que as profissões jurídicas vão mudar, tal não significa que sejamos todos substituídos pelas máquinas. Durante anos os computadores eram meramente auxiliares. Agora a inteligência artificial deu um passo em frente. Os computadores raciocinam e pensam e têm uma inteligência superior. Ganham aos maiores jogadores de xadrez. Significa isto que os tribunais vão ser uma espécie de parques temáticos, tipo aldeias de Asterix, isolados do mundo digital? Até por uma questão de economia, isso não será viável.

Por uma questão de economia?

Quando os Estados descobrirem que vão poupar muito dinheiro,

obviamente muitos tribunais vão desaparecer. Tal como os escritórios de advocacia vão mudar. Não significa que haja substituição por máquinas, mas que os juristas do futuro terão de ser diferentes do que nós éramos. Vão subsistir e vão sobreviver os juristas que conheçam várias áreas, que saibam interagir com as máquinas. Nomeadamente, que saibam programar. Quando se afirmou que a economia digital só ia atacar e destruir emprego na área dos motoristas de táxi, diria que falámos depressa de mais.

A “uberização” está a chegar também a chegar às profissões jurídicas?

Obviamente que está a chegar às profissões jurídicas. Por exemplo, a publicação World Intellectual Property Review antecipa este ano que o patenteamento das invenções vai ser feito por robôs. Se os bancos mudaram, se hoje ninguém vai a bancos, porque não vão mudar os tribunais?

As profissões do sector jurídico vão ter de reinventar-se?

Hoje em dia, os jovens que vêm do secundário têm cada vez mais capacidades relacionadas com as tecnologias. As faculdades de Direito também terão de incorporar essa tecnologia. Obviamente têm que ensinar linguagens de programação, tecnologias..., porque os futuros advogados e os futuros juízes vão estar com máquinas ao lado. Isso é inevitável. Se tenho uma máquina que em dois minutos me dá toda a jurisprudência relacionada de que preciso, não vou deitar fora este instrumento. ■

Bruno Simão



Os tribunais vão ser uma espécie de parques temáticos, tipo aldeias de Asterix, isolados do mundo digital? Até por uma questão de economia, isso não será viável.

A “uberização” está a chegar ao sector da Justiça

Depois dos táxis ou dos bancos, a “uberização” chegará aos tribunais e à advocacia, considera Manuel Lopes Rocha, especialista em direito da internet.



29-12-2016 | Lex

ENTREVISTA MANUEL LOPES ROCHA

“O fenómeno da ‘uberização’ está a chegar às profissões jurídicas”



O sócio da PLMJ diz ainda que alguma justiça insiste em não perceber o cibercrime.

SUPLEMENTO LEX